

O efeito da mudança climática na conta de luz

Há uma grande quantidade de empresas e entidades atuando para que a eletricidade gerada em centenas de usinas, algumas a milhares de quilômetros do local de consumo, seja suprida de forma confiável. O consumidor em geral desconhece a complexidade do setor elétrico e só tem contato com a distribuidora local de eletricidade. Quando falta luz, é com ela que reclama e a quem dirige a sua zanga, mesmo quando o problema ocorre na geração ou na transmissão.

A ANEEL (Agência Nacional de Energia Elétrica) pouco regula as usinas de geração de energia elétrica porque é um setor no qual deveria ocorrer competição. Deveria... Na prática a competição é manietada por mal concebidas leis que forçam o Sistema Interligado Nacional a ser mais caro e menos seguro do que poderia ser.

No período 2010-2023, o crescimento da parcela da conta de luz que cobre o custo de geração aumentou 143%, enquanto a inflação do período foi de 115% (28% acima da inflação).

A agência de energia elétrica também regula pouco o segmento de transmissão porque, aí sim, há franca competição pelo direito de construir e operar linhas em alta-tensão, obedecendo planejamento governamental, em troca do recebimento de um pagamento anual.

Porém, a construção de novas usinas geradoras distantes dos locais de grande consumo tem forçado a construção de novas linhas, fazendo com que, para o mesmo período, a parcela de transmissão tenha crescido 155% (40% acima da inflação). Para mitigar o problema, a ANEEL produziu uma regulação que estimularia a localização de geração e consumo na mesma região elétrica. Lamentavelmente foi vetada pelo Congresso Nacional.

A ANEEL tem pouca influência sobre outra parcela da conta de luz, os encargos setoriais. O crescimento no período foi de espantosos 281% (166% acima da inflação!). A causa? Novamente, uma profusa legislação que beneficiou poucos à custa de muitos. Um Robin Hood às avessas.

Onde a ANEEL tem muito poder é na regulação do segmento de distribuição. Foi o único que cresceu menos do que a inflação (20% abaixo). Não fosse esse resultado, a conta média do consumidor residencial, que subiu 122% (7% acima da inflação), teria disparado. Trata-se de evidência de que a conta de luz tem crescido mais rápido do que a inflação devido às más decisões do Congresso e não da ANEEL.

Olhando para frente, o segmento de distribuição terá que fazer pesados investimentos para se adaptar às mudanças climáticas. Por exemplo, deverá reforçar a rede aérea para torná-la mais resiliente a ventos superiores a 100 km/h, como se observou em São Paulo. Caberá à ANEEL considerar esses investimentos como prudentes, o que aumentará a conta de luz.

Como parte população já não consegue pagar a conta, no nível que está, continuar aumentando-a sem limite resultará no colapso do sistema. Como na conhecida piada, nós, brasileiros, podemos dar rações cada vez menores para o cavalo (no caso, as distribuidoras) e esperar que ele vá se acostumando. Até um dia em que – surpresa! – o cavalo morre. Ou podemos criar juízo e parar de criar leis que privatizam benefícios e socializam custos. E se não for sonhar muito, realizar uma reforma do setor elétrico que corrija os erros que ainda puderem ser corrigidos.

mercado

O efeito da mudança climática na conta de luz

Investimento da distribuição para tornar rede mais resiliente pesará na tarifa

Jerson Kelman

Engenheiro, foi professor da Coppe-UFRJ e dirigente de ANA, Aneel, Light, Enersul e Sabesp

Há uma grande quantidade de empresas e entidades atuando para que a eletricidade gerada em centenas de usinas, algumas a milhares de quilômetros do local de consumo, seja suprida de forma confiável. O consumidor em geral desconhece a complexidade do setor elétrico e só tem contato com a distribuidora local de eletricidade. Quando falta luz, é com ela que reclama e a quem dirige a sua zanga, mesmo quando o problema ocorre na geração ou na transmissão.

A Aneel (Agência Nacional de Energia Elétrica) pouco regula as usinas de geração de energia elétrica porque é um setor no qual deveria ocorrer competição. Deveria... Na prática, a competição é mantida por mal concebidas leis que forçam o Sistema Interligado Nacional a ser mais caro e menos seguro do que poderia ser.

No período 2010-2023, o crescimento da parcela da conta de luz que cobre o custo de geração aumentou 143%, enquanto a inflação do período foi de 115% (28% acima da inflação).

A agência de energia elétrica também regula pouco o segmento de transmissão porque, aí sim, há franca competição pelo direito de construir e operar linhas em alta tensão, obedecendo a planejamento governamental, em troca do recebimento de um pagamento anual.

Porém, a construção de novas usinas geradoras distantes dos locais de grande consumo tem forçado a construção de novas linhas, fazendo com que, para o mesmo período, a parcela de transmissão tenha crescido 155% (40% acima da inflação). Para mitigar o problema, a Aneel produziria uma regulação que estimularia a localização de geração e consumo na mesma região elétrica. Lamentavelmente, foi vetada pelo Congresso Nacional.

A Aneel tem pouca influência sobre outra parcela da conta de luz, os encargos setoriais. O crescimento no período foi de espantosos 281% (166% acima da inflação!). A causa? Novamente, uma profusa legislação que beneficiou poucos à custa de muitos. Um Robin Hood às avessas.

Onde a Aneel tem muito poder é na regulação do segmento de distribuição. Foi o único que cresceu menos do que a inflação (20% abaixo). Não fosse esse resultado, a conta média do consumidor residencial, que subiu 122% (7% acima da inflação), teria disparado. Trata-se de evidência de que a conta de luz tem aumentado mais rápido do que a inflação devido às más decisões do Congresso, não da Aneel.

Olhando para a frente, o segmento de distribuição terá de fazer pesados investimentos para se adaptar às mudanças climáticas. Por exemplo, deverá reforçar a rede aérea para torná-la mais resiliente a ventos superiores a 100 km/h, como se observou em São Paulo. Caberá à Aneel considerar esses investimentos como prudentes, o que aumentará o valor da conta de luz.

Como parte da população já não consegue pagar a conta, no nível em que está, continuar aumentando-a sem limite resultará no colapso do sistema. Como na conhecida piada, nós, brasileiros, podemos dar rações cada vez menores para o cavalo (no caso, as distribuidoras) e esperar que ele vá se acostumando. Até um dia em que —surpresa!— o cavalo morre. Ou podemos criar juízo e parar de criar leis que privatizam benefícios e socializam custos. E, se não for sonhar muito, realizar uma reforma do setor elétrico que corrija os erros que ainda puderem ser corrigidos.

Silveira chega a Davos para promover energia limpa e diz que transição é irreversível

Ministro de Minas e Energia terá na Suíça reuniões com investidores e debates, mas precisou refazer sua agenda após adiar viagem

FÓRUM ECONÔMICO MUNDIAL
FOLHA EM DEFESA DA ENERGIA LIMPA

Luciana Coelho

DAVOS (SUÍÇA) Com dois dias de atraso, o ministro Alexandre Silveira (Minas e Energia) chegou na noite desta terça (21) ao encontro do Fórum Econômico Mundial em Davos, na Suíça, para promover oportunidades de investimento em energia limpa no Brasil num momento em que os Estados Unidos, agora sob gestão de Donald Trump, começam a desmantelar seu programa federal de investimentos no setor.

"Vimos apresentar essas oportunidades, não só focado no que disse o presidente Trump", disse a jornalista brasileira. "O Brasil é um grande celeiro de oportunidades para quem quer investir na descarbonização das matrizes [energéticas]. Nós temos uma matriz elétrica 90% limpa, o que contribui muito com a sustentabilidade global, além da floresta, além dos biocombustíveis."

Mesmo com a mudança da posição americana, ele considera a transição irreversível e afirma que ela foi compreendida até pelos sauditas, maiores produtores de petróleo do mundo. "A transição energética é uma necessidade do planeta. Não existe salvação, porque não existe fronteira para a emissão de carbono."

Silveira é, neste ano, o único representante do Planalto após a ministra Marina Silva cancelar sua participação. A presidente da Petrobras, Magda Chambriard, chegou a ser incluída na delegação mas também desistiu da viagem. A ausência de uma participação mais ativa do governo foi criticada por empresários bras-



Ativista do Greenpeace protesta no Fórum de Davos. Fabricio Cottini/APP

leiros e representantes da sociedade civil que estão no evento.

"Espero que eu possa suprir a ausência dos colegas que, com certeza, estão todos focados em cumprir as suas missões, pois o Brasil voltou a ter política pública". A viagem do ministro foi adiada e quase cancelada por causa da reunião ministerial convocada pelo presidente Lula na segunda (20) para tratar da crise instalada no governo após desmentidos e recuos a respeito do Pix.

O ministro de Minas e Energia não quis prever quanto de investimentos antes dirigidos aos EUA o Brasil poderia receber, limitando-se a listar o que descreve como "vasto portfólio energético do país", que inclui biocombustíveis, hidrelétricas, minerais críticos e petróleo. "O Brasil é o berço da pluralidade energética."

Como o presidente, o ministro defende o investimento em novos poços de combustíveis fós-

seis enquanto a transição energética não está consumada e busca parcerias com países petrolíferos, como fez na última semana em viagem à Arábia Saudita. Indagado sobre um descolamento entre o preço internacional do petróleo e o praticado pela Petrobras, bem menor, o ministro disse que a decisão cabe à empresa e evitou comentar o tema.

"Nossa querida Magda [Chambriard], presidente extremamente responsável, sabe o que precisa fazer, sabe que a Petrobras precisa ser atrativa para os investidores, não só os investidores nacionais como os investidores internacionais. É uma empresa listada na Bolsa, inclusive em Nova York", afirmou.

Em Davos, Silveira deve se reunir com investidores e representantes de empresas de energia, como a Total, além de participar de painéis na Brazil House e possivelmente de um painel oficial.

Mineradora saudita nega que fará investimento de R\$ 8 bilhões no Brasil anunciado por ministro

Pedro Lovisi

SÃO PAULO A mineradora saudita Ma'aden negou que investirá R\$ 8 bilhões no Brasil, como anunciou o ministro de Minas e Energia, Alexandre Silveira, na semana passada, em evento do setor em Riad.

Na ocasião, quando jornalistas lhe perguntaram o que de concreto havia sido decidido durante o evento, o ministro disse que tinha "uma notícia excelente" para dar. Segundo ele, a Ma'aden abriria um escritório em São Paulo, o que traria uma perspectiva de

investimentos de R\$ 8 bilhões no mapeamento geológico do Brasil.

"Falaram em torno de R\$ 8 bilhões para mapeamento geológico no Brasil", disse o ministro.

Mas, conforme a Folha apurou com uma fonte da própria Ma'aden, a mineradora abrirá apenas um pequeno escritório em São Paulo para negociar a venda de fosfato — mineral importante, por exemplo, na fabricação de fertilizantes.

A Folha tentou contato com a embaixada da Arábia Saudita e com o Ministério de Indústria e Recursos Minerais do país para

buscar detalhes do investimento, mas não obteve retorno.

Nesta terça (21), o Ministério de Minas e Energia disse que Silveira "anunciou, em rápida resposta presencial a jornalistas, a abertura do escritório da Ma'aden em São Paulo e que, em reuniões com representantes do governo e de empresas sauditas, foi informada a intenção de investimentos da Arábia Saudita de até R\$ 8 bilhões no Brasil, não especificamente da Ma'aden".

A pasta não deu detalhes de como os recursos serão alocados e nem quando.